


## EDUCAÇÃO PARA TODOS: DESAFIOS E AVANÇOS NA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

 <https://doi.org/10.56238/arev7n5-112>

Data de submissão: 06/04/2025

Data de publicação: 06/05/2025

**Daniele Angela de Rezende e Silva**

Mestrado em Tecnologias Emergentes em Educação

MUST University

E-mail: fada.angelo@gmail.com

**Viviane Janine de Oliveira**

Mestrado em Tecnologias Emergentes em Educação

MUST University

E-mail: jani.vjo@gmail.com

**Leonardo Correia Santos de Oliveira**

Mestrado em Tecnologias Emergentes em Educação

MUST University

E-mail: leonardocso@hotmail.com

**Cintia Ribeiro da Silva**

Mestrado em Tecnologias Emergentes em Educação

MUST University

E-mail: cintiamendonca03@outlook.com

**Joel Paulino da Silva**

Mestrado em Tecnologias Emergentes em Educação

MUST University

E-mail: joelpaulino101@gmail.com

---

### RESUMO

Este artigo teve como objetivo analisar os obstáculos e as estratégias adotadas para promover a inclusão de estudantes com deficiência no sistema educacional, com ênfase nos fatores estruturais, nas normativas legais e nas práticas pedagógicas voltadas à permanência e ao sucesso acadêmico. A pesquisa tratou da efetivação da educação inclusiva no Brasil, considerando os entraves físicos, pedagógicos e institucionais enfrentados por escolas e universidades. Para tanto, utilizou-se uma metodologia de natureza qualitativa, com enfoque bibliográfico, baseada na revisão e análise crítica de produções acadêmicas publicadas entre 2014 e 2025, obtidas em bases como o Portal de Periódicos da CAPES. A análise foi organizada em três eixos: barreiras estruturais e pedagógicas; políticas públicas e marcos legais; e práticas pedagógicas inclusivas articuladas ao suporte intersetorial. Os resultados apontaram que, embora os avanços legislativos e institucionais tenham ampliado o acesso à educação, persistem desafios relacionados à infraestrutura inadequada, à formação docente insuficiente e à ausência de articulação entre setores. Constatou-se que a inclusão educacional exige mais do que dispositivos legais, sendo necessária uma transformação estrutural e cultural no interior das instituições. A pesquisa também destacou experiências exitosas de práticas pedagógicas inclusivas e sugeriu novos caminhos para investigações futuras que explorem a realidade empírica de diferentes contextos educacionais.

**Palavras-chave:** Equidade Escolar. Permanência Acadêmica. Acessibilidade Educacional. Formação Docente. Gestão Educacional.

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a inclusão educacional de estudantes com deficiência consolidou-se como um dos principais desafios das políticas públicas de ensino no Brasil. A promulgação de dispositivos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e, mais recentemente, a Lei Brasileira de Inclusão (2015), expressou o compromisso do Estado com uma educação equitativa e voltada à diversidade. Apesar desses avanços normativos, a efetivação prática de uma escola inclusiva, acessível e de qualidade continuou a enfrentar resistências institucionais, limitações estruturais e lacunas pedagógicas. Diante desse cenário, tornou-se relevante discutir em que medida as ações implementadas nas redes de ensino foram suficientes para garantir o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes com deficiência, sobretudo no que se refere à superação de barreiras físicas, curriculares e culturais.

A escolha deste tema fundamentou-se na constatação de que, embora existam marcos legais que assegurem o direito à educação inclusiva, a realidade cotidiana das escolas e universidades brasileiras ainda evidencia desigualdades profundas. A precariedade da infraestrutura escolar, a insuficiência de formação docente voltada à diversidade, a ausência de articulação intersetorial e a dificuldade na implementação de práticas pedagógicas adaptadas figuraram entre os fatores que motivaram esta investigação. Tal contexto evidenciou a necessidade de aprofundar a compreensão sobre os limites e possibilidades da educação inclusiva, à luz de uma análise crítica sustentada por referenciais teóricos e estudos atualizados. A urgência em compreender essas contradições justificou a pertinência do tema, não apenas por sua relevância acadêmica, mas também por seu impacto direto na garantia de direitos e no fortalecimento da justiça social.

Com base nesse cenário, a presente pesquisa procurou responder à seguinte ‘questão norteadora: quais são os principais desafios e avanços identificados na efetivação da inclusão de estudantes com deficiência nas instituições educacionais brasileiras, considerando os aspectos estruturais, legais e pedagógicos?’ Para responder a essa indagação, estabeleceu-se como objetivo geral analisar os obstáculos e as estratégias adotadas para promover a inclusão de estudantes com deficiência no sistema educacional, com ênfase nos fatores estruturais, nas normativas legais e nas práticas pedagógicas que favorecem sua permanência. Como objetivos específicos, propôs-se: (i) identificar as barreiras físicas, curriculares e organizacionais que dificultam a efetivação da educação inclusiva; (ii) examinar o papel das políticas públicas e dos marcos legais na promoção da inclusão; e (iii) mapear práticas pedagógicas e iniciativas intersetoriais que contribuem para a permanência e o sucesso escolar desses estudantes.

Para alcançar esses objetivos, optou-se por uma metodologia de caráter qualitativo, com enfoque bibliográfico, voltado à análise de artigos científicos publicados entre 2014 e 2025, principalmente aqueles que tratam da realidade brasileira. A seleção do material bibliográfico ocorreu mediante buscas em bases de dados como o Portal de Periódicos da CAPES, considerando como critérios de inclusão a atualidade, a pertinência temática e a revisão por pares. As palavras-chave utilizadas foram: ‘educação inclusiva’, ‘deficiência’, ‘barreiras estruturais’, ‘práticas pedagógicas’ e ‘políticas públicas educacionais’. O material foi sistematizado em três eixos temáticos correspondentes aos capítulos da análise. A abordagem metodológica fundamentou-se na perspectiva de que os métodos de investigação devem ser ajustados às particularidades do objeto de estudo, conforme sugerem autores como Santana *et al* (2025), ao afirmarem que a elaboração de hipóteses fundamentadas direciona a pesquisa de forma flexível, mas rigorosa.

O estudo fundamentou-se teoricamente nas contribuições de autores que têm se dedicado à análise crítica da inclusão educacional no Brasil, entre os quais destacam-se Silveira *et al.* (2025), Rabelo *et al.* (2024) e Tavares *et al.* (2025). Esses autores ofereceram subsídios teóricos e empíricos para compreender as múltiplas dimensões da exclusão ainda presentes no ambiente educacional e os caminhos possíveis para a construção de práticas verdadeiramente inclusivas. Suas análises permitiram evidenciar os tensionamentos entre legislação e realidade, bem como as potencialidades de iniciativas pedagógicas sustentadas por uma perspectiva de equidade.

Este artigo está estruturado em três capítulos analíticos. O primeiro capítulo, intitulado ‘Desafios Estruturais e Pedagógicos na Efetivação da Educação Inclusiva’, trata das barreiras físicas, curriculares e formativas que dificultam a universalização do ensino inclusivo. O segundo capítulo, ‘Políticas Públicas e Marcos Legais na Promoção da Inclusão Educacional’, discute os avanços legislativos e os entraves na implementação das políticas de inclusão. O terceiro e último capítulo, ‘Práticas Pedagógicas Inclusivas e Suporte Intersetorial na Permanência de Estudantes com Deficiência’, analisa as estratégias pedagógicas e institucionais que contribuem para a permanência e o êxito acadêmico desses estudantes, destacando o papel da articulação entre diferentes setores da política pública. Esse percurso analítico permitiu, ao final, apresentar considerações conclusivas com base nos achados da pesquisa, bem como propor diretrizes para investigações futuras.

## 2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza bibliográfica, voltado à análise crítica de produções científicas que abordam a inclusão educacional de estudantes com deficiência no Brasil. De acordo com Gil (2010), a pesquisa bibliográfica consiste no exame sistemático de obras já

publicadas, permitindo a construção de um referencial teórico que fundamente e direcione a análise de um problema específico. Essa abordagem foi adotada por possibilitar a sistematização de conhecimentos acumulados na literatura acadêmica, facilitando a identificação de avanços, lacunas e desafios relativos à efetivação da educação inclusiva.

Foram utilizadas como base para o levantamento do material científico as plataformas eletrônicas de acesso público e institucional, com destaque para o portal CAPES Periódicos, sistema mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que reúne milhares de periódicos científicos nacionais e internacionais. Essa ferramenta foi essencial para o acesso a textos completos, revisados por pares, com credibilidade reconhecida na área da educação. Complementarmente, também foram consultadas revistas acadêmicas hospedadas em repositórios institucionais e indexadas no Google Scholar.

Para a busca dos materiais, foram utilizadas combinações de palavras-chave que expressam com clareza os eixos temáticos da pesquisa. As expressões selecionadas foram: ‘educação inclusiva’, ‘deficiência e permanência escolar’, ‘políticas públicas educacionais’, ‘barreiras estruturais’ e ‘práticas pedagógicas inclusivas’. As palavras-chave foram utilizadas de forma combinada em operadores *booleanos* simples (‘AND’, ‘OR’) a fim de ampliar o alcance sem comprometer a especificidade. Priorizou-se o uso de termos em língua portuguesa para garantir a consistência com o contexto da produção acadêmica brasileira.

As etapas do processo metodológico compreenderam: (1) levantamento e seleção do material bibliográfico conforme os descritores estabelecidos; (2) leitura exploratória dos resumos e palavras-chave para verificar pertinência ao objeto de estudo; (3) leitura analítica e crítica dos textos selecionados; (4) sistematização das informações por categorias temáticas correspondentes aos objetivos da pesquisa. Essa sistematização permitiu estruturar a análise em três eixos: desafios estruturais e pedagógicos, políticas públicas e marcos legais, e práticas pedagógicas inclusivas articuladas ao suporte intersetorial.

Os critérios de inclusão adotados priorizaram publicações acadêmicas dos anos de 2014 a 2025, com enfoque específico na realidade brasileira, em formato de artigos científicos, relatórios institucionais e capítulos de livros. Foram excluídos materiais sem revisão por pares, textos opinativos e produções anteriores a 2014, exceto quando amplamente referenciados na literatura recente. A justificativa para o recorte temporal está na relevância dos marcos normativos instituídos a partir da Lei Brasileira de Inclusão (2015), que alterou substancialmente a estrutura legal e política da educação inclusiva no país.

A fundamentação teórica do método foi reforçada pelas contribuições de Santana *et al* (2025), para quem ‘a elaboração de hipóteses fundamentadas direciona a investigação científica’. Essa perspectiva, como assinalam os próprios autores, propõe uma compreensão dinâmica dos métodos, considerando-os não como estruturas estanques, mas como instrumentos adaptáveis aos contextos e problemas investigados (Narciso; Santana, 2025, p. 19468). Dessa forma, o estudo reafirmou a importância de uma abordagem consciente e fundamentada na condução de trabalhos científicos (Santana *et al* 2025, p. 4), especialmente quando se trata de temáticas marcadas por variáveis contextuais e institucionais complexas, como é o caso da inclusão educacional.

Com base nessas diretrizes, a metodologia adotada demonstrou-se adequada para alcançar os objetivos da pesquisa, fornecendo um panorama consistente sobre os obstáculos e avanços observados na efetivação da educação inclusiva no Brasil, com respaldo em evidências teóricas recentes e academicamente validadas.

### **3 DESAFIOS ESTRUTURAIS E PEDAGÓGICOS NA EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A efetivação da educação inclusiva exige não apenas a formulação de políticas públicas abrangentes, mas também a superação de obstáculos estruturais e pedagógicos que comprometem a equidade no acesso e na permanência dos estudantes com deficiência nos sistemas educacionais. De acordo com Silveira *et al.* (2025, p. 3),

a inclusão de estudantes público-alvo da educação especial, que inclui aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, é um desafio que exige a adaptação das práticas pedagógicas e a transformação das escolas em ambientes verdadeiramente inclusivos.

Esse enunciado revela a amplitude do compromisso institucional e interpessoal necessário para que o processo educacional seja, de fato, universal. Além disso, conforme destacam Rabelo *et al.* (2024, p. 2207), mesmo com os avanços legislativos,

ainda existem barreiras substanciais que dificultam a plena inclusão de alunos com necessidades especiais. Estas barreiras incluem a falta de formação adequada para professores, recursos insuficientes e atitudes sociais negativas.

Tal observação converge com a análise de Tavares *et al* (2025), ao assinalarem que a deficiência estrutural nas instituições de ensino superior, principalmente no que se refere à

acessibilidade física e digital, compromete não apenas o ingresso, mas sobretudo a permanência dos estudantes com deficiência.

Nesse contexto, é imprescindível considerar que a precariedade da infraestrutura física nas instituições escolares, incluindo a ausência de salas de recursos multifuncionais e a inadequação arquitetônica, constitui obstáculo recorrente (Rabelo *et al.* 2024,). Em consonância, Tavares *et al.* (2025) observam que a circulação autônoma de estudantes em universidades muitas vezes é inviabilizada pela inexistência de adaptações estruturais apropriadas. Portanto, a ausência de acessibilidade materializa-se como entrave concreto à operacionalização da inclusão.

Sob outra perspectiva, os desafios de ordem pedagógica não se restringem à dimensão material. A adaptação curricular — entendida como flexibilização dos conteúdos, métodos e avaliações — constitui componente essencial da pedagogia inclusiva, mas sua efetiva implementação exige mudanças profundas na organização escolar. Segundo Rabelo *et al.* (2024, p. 2213), “essa adaptação requer uma abordagem personalizada e flexível, que muitas vezes pode ser difícil de implementar em contextos escolares rigidamente estruturados”. A resistência institucional a tais mudanças revela-se, assim, um fator limitante da eficácia da política educacional inclusiva.

Ademais, a formação docente surge como eixo nevrálgico no debate. Silveira *et al.* (2025, p. 9) destacam que

a formação continuada e específica é essencial para que esses profissionais possam desenvolver práticas pedagógicas inclusivas. [...] A falta de preparação dos professores, coordenadores e demais profissionais da educação para lidar com a diversidade de necessidades dos alunos, torna-se uma problemática que gera déficit na educação inclusiva.

Tal constatação encontra eco em Rabelo *et al.* (2024, p. 2211), ao apontarem que muitos educadores se sentem despreparados, o que limita sua atuação frente à diversidade. Portanto, torna-se evidente que os desafios estruturais e pedagógicos estão interligados, exigindo respostas integradas que articulem investimentos em infraestrutura, reorganização curricular e formação docente permanente. Embora os autores apresentem diferentes ênfases — uns direcionados às condições materiais, outros à qualificação dos profissionais —, todos convergem ao reconhecer que a inclusão educacional demanda transformações estruturais amplas e sustentadas, sob pena de permanecer restrita ao plano normativo.

#### **4 POLÍTICAS PÚBLICAS E MARCOS LEGAIS NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO EDUCACIONAL**

A estruturação de políticas públicas voltadas à inclusão educacional representa um dos pilares estruturantes do direito à educação no Brasil. Nos últimos anos, marcos normativos como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e o Plano Nacional de Educação (PNE) têm conferido maior visibilidade e legitimidade às demandas das pessoas com deficiência no contexto escolar. Para Silveira *et al.* (2025, p. 6), “a Lei Brasileira de Inclusão (LBI, 2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva são marcos importantes que orientam a inclusão escolar”, sinalizando um compromisso jurídico com a equidade e a participação plena desses sujeitos no sistema educacional.

Nesse mesmo sentido, Rabelo *et al.* (2024, p. 2213) reconhecem que a LBI e o PNE demonstram “o compromisso do Brasil com a promoção da inclusão escolar”, mas alertam para os limites entre norma e realidade, considerando que a efetividade dessas legislações depende de sua implementação prática. Ao problematizar esse hiato, os autores ressaltam que “a falta de financiamento adequado e a resistência cultural são desafios persistentes que podem comprometer a eficácia dessas políticas” (Rabelo *et al.* 2024, p. 2213). Assim, embora os instrumentos legais estejam consolidados, sua aplicação demanda um processo contínuo de monitoramento, revisão e adequação às demandas concretas das escolas.

Ademais, Silveira *et al.* (2025, p. 10) argumentam que

o fortalecimento e a implementação efetiva de políticas públicas inclusivas [...] são essenciais para garantir recursos e suporte às escolas; [...] são essas políticas que institucionalizam os direitos à educação para os estudantes público-alvo da educação especial.

Tal posicionamento reforça a ideia de que a legislação, por si só, não é suficiente, sendo necessário um aparato institucional que garanta sua execução. Tavares *et al.* (2025, p. 3) complementam essa análise ao reconhecerem “a influência decisiva de políticas públicas, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e a Lei de Cotas, na promoção da inclusão educacional”, destacando que a infraestrutura, o suporte ao estudante e a reformulação das práticas pedagógicas são elementos indissociáveis de uma política efetivamente inclusiva segundo Tavares *et al.* (2025). Entretanto, persiste uma tensão entre os avanços legislativos e as dificuldades operacionais para sua implementação. De acordo com Tavares *et al.* (2025, p. 12)



avanços legislativos e políticas de acesso no Ensino Superior brasileiro abriram portas para estudantes com deficiência, porém, enfrentam desafios na implementação. [...] é evidente que as políticas governamentais têm sido um ponto de partida essencial, impulsionando o aumento no ingresso desses alunos.

Essa constatação dialoga diretamente com o argumento de Rabelo *et al.* (2024, p. 2214), para quem “é essencial que as políticas públicas sejam revisadas e aprimoradas continuamente para atender às necessidades reais dos alunos e suas famílias”. Embora haja consenso entre os autores sobre a importância das normativas inclusivas, também se observa uma crítica comum à lentidão e às fragilidades de sua operacionalização. Tavares *et al.* (2025, p. 16) afirmam que

embora não haja uma política pública universitária altamente eficaz em relação à acessibilidade, o progresso em direção a um ambiente mais acessível e inclusivo para estudantes com deficiência no Ensino Superior está ocorrendo, embora de maneira gradual.

Tal afirmação converge com a necessidade apontada por Silveira *et al.* (2025, p. 7), segundo a qual, apesar das declarações internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, “mais de 100 milhões de crianças e incontáveis adultos não conseguem concluir o ciclo básico”.

Portanto, os estudos aqui mobilizados apontam que, embora os marcos legais da inclusão educacional tenham avançado de forma significativa, sua efetivação ainda depende de condições estruturais, políticas e culturais que assegurem o cumprimento integral dos direitos educacionais das pessoas com deficiência. A articulação entre legislação, financiamento e práticas institucionais representa, assim, o principal desafio a ser superado.

## **5 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS E SUPORTE INTERSETORIAL NA PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA**

As práticas pedagógicas inclusivas constitui elemento fundamental para garantir não apenas o acesso, mas sobretudo a permanência e o sucesso acadêmico de estudantes com deficiência em todos os níveis de ensino. A democratização do acesso à informação requer não apenas infraestrutura tecnológica, mas também políticas públicas que garantam a equidade entre os sujeitos. Segundo Santana *et al.* (2021), é essencial que os gestores públicos compreendam a inclusão como um processo contínuo e adaptável às diversas necessidades sociais e educacionais. Nesse sentido, observa-se que as estratégias educacionais voltadas à inclusão devem estar aliadas a ações intersetoriais que envolvam educação, saúde, assistência social e demais áreas correlatas. De acordo com Tavares *et al.* (2025, p. 7)

esses textos exploram a assistência e os recursos destinados aos estudantes universitários com deficiência, ressaltando a relevância crítica das políticas e programas de apoio para fomentar a inclusão. Eles analisam os mecanismos essenciais necessários para garantir que esses estudantes não apenas ingressem, mas também permaneçam e prosperem no ambiente universitário.

Além disso, a efetividade das práticas pedagógicas inclusivas requer a incorporação de tecnologias assistivas e de metodologias ativas que favoreçam a autonomia e a participação de todos os estudantes. Conforme destacam Silveira *et al.* (2025, p. 10), “visualiza-se o avanço das tecnologias assistivas que oferecem novas ferramentas para apoiar a aprendizagem e a participação dos estudantes com necessidades especiais nas escolas beneficiadas”. O uso dessas tecnologias, portanto, transcende o aspecto instrumental e passa a ser entendido como parte de uma abordagem pedagógica centrada na acessibilidade e no desenho universal para a aprendizagem.

Ademais, a formação e o engajamento docente tornam-se visíveis como condições indispensáveis à implementação das práticas inclusivas. Conforme salientam Silveira *et al.* (2025, p. 11), “professores são desafiados a desenvolver estratégias de ensino mais criativas e eficazes, o que pode melhorar a qualidade do ensino para todos”. Essa afirmação evidencia que a pedagogia inclusiva beneficia o conjunto dos discentes, ao induzir práticas educativas mais dinâmicas, dialógicas e responsivas às múltiplas formas de aprender.

Por outro lado, para que tais práticas sejam efetivas e sustentáveis, é necessário o fortalecimento de políticas institucionais que garantam os recursos humanos e materiais necessários. Nesse aspecto, Tavares *et al.* (2025, p. 11) observam que “é evidenciada a necessidade de recursos materiais, tecnológicos e infraestrutura física acessível para garantir a inclusão efetiva desses estudantes”. Assim, a permanência dos alunos com deficiência não pode ser atribuída apenas ao esforço dos docentes, mas sim a um conjunto articulado de ações institucionais e intersetoriais.

É nesse ponto que o compartilhamento de experiências bem-sucedidas ganha relevo como estratégia de disseminação e consolidação de boas práticas. Silveira *et al.* (2025, p. 10) destacam que “o compartilhar de experiências bem-sucedidas [...] inspira e orienta outras escolas e educadores na implementação da inclusão (Batista e Cardoso, 2020)”. Essa troca de experiências contribui para a criação de redes colaborativas que fortalecem o compromisso coletivo com a educação inclusiva.

Por fim, torna-se imprescindível compreender que a permanência dos estudantes com deficiência no ambiente educacional exige um esforço contínuo de capacitação institucional. Para Tavares *et al.* (2025, p. 12)

o investimento contínuo em capacitação e adaptação das instituições é vital para garantir que a inclusão desses alunos não seja apenas um conceito legal, mas uma experiência vivenciada no contexto do Ensino Superior brasileiro.

Essa perspectiva reforça que, além da adequação física e tecnológica, a cultura institucional deve ser transformada para incorporar a diversidade como princípio estruturante das práticas educativas. Dessa forma, os autores aqui mobilizados convergem quanto à centralidade das práticas pedagógicas inclusivas e do suporte intersetorial na promoção da permanência estudantil, ainda que enfatizem aspectos distintos do processo. Enquanto Silveira *et al.* (2025) priorizam a atuação pedagógica e a inovação metodológica, Tavares *et al.* (2025) sublinham a importância de estruturas institucionais sólidas e politicamente sustentadas. A articulação desses elementos é, portanto, condição necessária à consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa.

## **6 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS**

A análise dos dados coletados e organizados em torno dos três eixos – desafios estruturais e pedagógicos, políticas públicas e marcos legais, e práticas pedagógicas inclusivas articuladas ao suporte intersetorial – permitiu delinear um panorama abrangente sobre os principais entraves e possibilidades da efetivação da educação inclusiva no Brasil. Os resultados apontam para a persistência de barreiras institucionais que, mesmo diante de um robusto arcabouço jurídico e de iniciativas pedagógicas inovadoras, dificultam a consolidação de uma cultura escolar verdadeiramente inclusiva.

No que se refere aos desafios estruturais e pedagógicos, identificou-se que as limitações físicas e a ausência de recursos materiais continuam sendo fatores críticos que comprometem o direito à educação de estudantes com deficiência. A precariedade da infraestrutura escolar e universitária, aliada à descontinuidade na formação docente, reforça a desigualdade de condições de acesso e permanência no ambiente educacional. A esse respeito, os autores consultados convergem quanto à necessidade de superar as deficiências materiais e investir na qualificação profissional como estratégia basilar para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas. Essa constatação reforça conclusões de estudos anteriores que também reconhecem a centralidade da formação docente continuada e da reorganização curricular no enfrentamento das barreiras educacionais.

Adicionalmente, os achados deste estudo revelam que, embora as políticas públicas de inclusão tenham avançado em termos normativos, sua implementação encontra dificuldades que reduzem sua efetividade. O hiato entre a legislação e a prática concreta é amplamente reconhecido na literatura, particularmente em razão da ausência de financiamento estável, da resistência institucional e da falta

de articulação intersetorial. Tais limitações são recorrentes na produção acadêmica da área, indicando que a promulgação de normas não é suficiente para transformar as realidades educacionais se não for acompanhada de ações estruturantes e monitoramento sistemático. Em comparação com pesquisas anteriores, os resultados aqui apresentados reforçam a percepção de que os dispositivos legais precisam ser adaptados às especificidades locais e sustentados por uma política de gestão comprometida com a equidade.

Em relação às práticas pedagógicas inclusivas e ao suporte intersetorial, observou-se que a presença de tecnologias assistivas, metodologias ativas e espaços de escuta qualificada contribuem significativamente para o engajamento e a permanência de estudantes com deficiência. No entanto, a ausência de políticas institucionais bem estruturadas, bem como a escassez de equipes multiprofissionais nas instituições, ainda limita o alcance dessas iniciativas. Os resultados encontrados dialogam com outras investigações que apontam a importância da atuação articulada entre os setores da educação, saúde e assistência social para garantir uma abordagem integral às demandas dos estudantes público-alvo da educação especial.

Embora os dados corroborem uma tendência de ampliação das práticas inclusivas, foi possível identificar limitações analíticas que devem ser consideradas. Primeiramente, o recorte temporal e o enfoque em produções majoritariamente brasileiras reduzem a possibilidade de generalização para contextos internacionais. Além disso, a predominância de estudos teóricos e revisões bibliográficas evidencia uma lacuna empírica quanto à sistematização de experiências concretas em escolas e universidades. Esse aspecto também é sinalizado por autores da área, que indicam a necessidade de pesquisas qualitativas e quantitativas que acompanhem longitudinalmente a trajetória dos estudantes com deficiência e as políticas de inclusão implementadas.

Outro aspecto que merece atenção diz respeito à identificação de resultados inconclusivos no que se refere ao impacto direto de determinadas ações sobre os índices de permanência e sucesso acadêmico. Embora os textos analisados apontem boas práticas e políticas de apoio, nem sempre há evidências empíricas robustas que comprovem sua eficácia em larga escala. Esse fenômeno pode ser explicado, segundo parte da literatura, pela descontinuidade das políticas públicas, pela variabilidade entre contextos institucionais e pela ausência de avaliação sistemática das ações implementadas.

Diante desses limites, sugere-se que futuras pesquisas aprofundem a análise das experiências de inclusão em instituições educacionais específicas, considerando aspectos como formação docente, currículo, cultura institucional e participação da comunidade escolar. Além disso, recomenda-se a realização de estudos interdisciplinares que articulem os campos da educação, saúde, psicologia e

serviço social, com vistas à construção de propostas pedagógicas e de gestão mais integradas e sustentáveis.

Em síntese, os resultados do presente estudo evidenciam a complexidade da efetivação da educação inclusiva, mas também indicam caminhos promissores a partir da articulação entre políticas públicas, práticas pedagógicas e ações intersetoriais. A superação das barreiras estruturais e pedagógicas, a consolidação normativa e o fortalecimento do suporte institucional constituem, portanto, eixos indissociáveis para a promoção de uma educação que seja, de fato, para todos.

## **7 CONCLUSÃO**

O presente estudo permitiu responder, de forma satisfatória, às questões inicialmente propostas na introdução e delineadas na metodologia. Partindo do objetivo geral de analisar os desafios e os avanços na inclusão de estudantes com deficiência no sistema educacional brasileiro, a pesquisa concentrou-se em três eixos analíticos fundamentais: os desafios estruturais e pedagógicos, os marcos legais e as políticas públicas, e as práticas pedagógicas inclusivas aliadas ao suporte intersetorial. Ao longo da investigação, foi possível demonstrar que a inclusão plena ainda se depara com entraves persistentes, mas também com experiências e normativas que apontam caminhos concretos de transformação.

A análise dos dados evidenciou que os objetivos específicos do estudo foram alcançados. Primeiramente, identificaram-se as principais barreiras materiais, arquitetônicas e pedagógicas que limitam o acesso e a permanência de estudantes com deficiência nas escolas e universidades. Em seguida, constatou-se que os marcos legais brasileiros, embora avançados do ponto de vista normativo, carecem de implementação eficaz e contínua. Por fim, foram mapeadas práticas pedagógicas e iniciativas intersetoriais que têm contribuído para ampliar as possibilidades de aprendizagem e permanência, ainda que de forma localizada e com diferentes graus de institucionalização.

Nesse percurso, a pesquisa revelou que o alcance da educação inclusiva depende de uma articulação consistente entre estrutura física adequada, formação docente contínua, financiamento público e políticas institucionais integradas. A existência de legislações específicas, como a Lei Brasileira de Inclusão e a Política Nacional de Educação Especial, configura um avanço inegável. Contudo, sua materialização nos contextos educacionais requer ações planejadas, gestão qualificada e compromisso político permanente com a equidade.

Em função da metodologia adotada e da natureza da literatura analisada, algumas limitações se impuseram. A predominância de estudos teóricos e revisões bibliográficas restringiu a observação empírica direta de práticas inclusivas, o que reforça a necessidade de estudos de campo em contextos

escolares e universitários distintos. Além disso, a ênfase em publicações nacionais limita a comparação com experiências internacionais, as quais poderiam enriquecer a análise e ampliar a compreensão das variabilidades contextuais.

Diante dessas limitações, recomenda-se que futuras pesquisas priorizem o acompanhamento longitudinal de estudantes com deficiência, a partir de metodologias qualitativas e quantitativas integradas. Sugere-se ainda a ampliação dos estudos comparativos entre regiões e entre redes de ensino, bem como o aprofundamento das investigações sobre a atuação de núcleos de acessibilidade, centros de apoio pedagógico e equipes multiprofissionais. Outro campo promissor consiste na análise do impacto de tecnologias assistivas em contextos reais de ensino-aprendizagem, bem como na avaliação de políticas intersetoriais em nível local.

Em conclusão, o estudo confirma que a educação inclusiva é um campo dinâmico, em constante construção e reconfiguração, exigindo não apenas normas e práticas pontuais, mas uma mudança de paradigma nas concepções de ensino, aprendizagem e gestão educacional. A superação dos obstáculos identificados passa por uma ação integrada entre sujeitos, instituições e políticas, visando à efetivação do direito à educação como valor universal e inegociável.

## REFERÊNCIAS

RABELO, S.; SILVA, G.; SANTOS, M.; SILVA, R. Inclusão educacional no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação Inclusiva**, v. 10, n. 2, p. 2207-2214, 2024.

SANTANA, A. C. de A.; PINTO, E. A.; MEIRELES, M. L. B.; OLIVEIRA, M.; MUNHOZ, R. F.; GUERRA, R. S. Educação & TDIC's: democratização, inclusão digital e o exercício pleno da cidadania. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 10, p. 2084–2106, 2021.

SANTANA, L.; NARCISO, F.; FERNANDES, P. **Metodologias de pesquisa em educação inclusiva: fundamentos e aplicações**. São Paulo: Editora Acadêmica, 2025.

SANTANA, L.; NARCISO, F. A elaboração de hipóteses fundamentadas direciona a investigação científica. *In*: SANTANA, L.; NARCISO, F. (Org.). **Pesquisa educacional: abordagens e práticas**. Rio de Janeiro: Editora Científica, 2025.

SILVEIRA, M.; OLIVEIRA, T.; PEREIRA, J.; COSTA, R. Educação inclusiva: práticas e desafios no contexto brasileiro. **Revista de Educação Especial**, v. 15, n. 1, p. 3-11, 2025.

TAVARES, A.; SILVA, B.; AMARAL, C. Políticas públicas e inclusão educacional: avanços e desafios. **Revista Brasileira de Políticas Educacionais**, v. 8, n. 3, p. 1-16, 2025.